

AS GUERRAS DE CONQUISTA EM PROL DA GLÓRIA DE LUÍS XIV

WARS OF CONQUEST IN FAVOR OF THE GLORY OF LOUIS XIV

LAS GUERRAS DE CONQUISTA EN PRO DE LA GLORIA DE LUÍS XIV

Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira^(*)

Resumo: Neste artigo propomos demonstrar que o amor à glória levou Luís XIV a empreender inúmeras guerras de conquista na Europa, objetivando aumentar o seu poder na França e no estrangeiro. Para legitimar as suas ações, o Grande Rei lançou mão de inúmeros tratados; e, para contar com o apoio dos franceses, ele recorreu ao poder da propaganda. Através das *Memórias* escritas para instruir o seu filho, Luís XIV deixa claro que, ao buscar a glória, ele não pensava somente em sua autoglorificação, mas estava preocupado com a honra de sua família, em deixar aos seus sucessores um reino maior e mais seguro que o seu. Nesta investigação utilizamos o contextualismo lingüístico ou radical, uma metodologia de interpretação de textos, defendida pelo historiador inglês Quentin Skinner, que busca relacionar o texto do autor ao seu contexto histórico e intelectual para perceber quais as suas intenções.

Palavras-chave: Luís XIV, guerras de conquista, amor à glória, França, século XVII

Abstract: In this article we propose to demonstrate that the love of glory led Louis XIV to undertake numerous wars of conquest in Europe, aiming to increase his power in France and abroad. To legitimize these actions, the Great King drew on numerous treaties and, to have the support of the French, he resorted to the power of propaganda. In his Memories, written to instruct his son, Louis XIV makes it clear that by seeking glory, he did not think only in the glorification of himself, but was concerned about the honor of his family, leaving his successors a kingdom greater and safer than his. In this study we adopted the radical or linguistic contextualism, a methodology for interpreting texts supported by the English historian Quentin Skinner, seeking to relate the text to its author's intellectual and historical context to understand what his intentions were.

Keywords: Louis XIV, wars of conquest, love of glory, France, seventeenth century

^{*} Mestrado em História Social na UFF, doutorado em História Cultural na UnB. Professora adjunta de História Moderna no Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. E-mail: izabarboza@ig.com.br

Resumen: En este artículo proponemos demostrar que el amor a la gloria llevó Luís XIV a emprender innumerables guerras de conquista en Europa, objetivando aumentar su poder en Francia y en el extranjero. Para legitimar sus acciones, el Gran Rey lanzó mano de innumerables tratados; y, para contar con el apoyo de los franceses, él recorrió al poder de la propaganda. A través de las *Memorias* escritas para instruir su hijo, Luís XIV deja claro que, la buscar la gloria, él no pensaba solamente en su autoglorificación, pero estaba preocupado con el honor de su familia, en dejar sus sucesores en reino mayor y más seguro que el suyo. En esta investigación utilizamos el contextualismo lingüístico o radical, una metodología de interpretación de textos, defendida por el historiador inglés Quentin Skinner, que busca relacionar el texto del autor al su contexto histórico e intelectual para percibir cuáles son sus intenciones.

Palabras-clave: Luís XIV, guerras de conquista, amor a la gloria, Francia, siglo XVII

Introdução: as Memórias ao Delfim

Em 1668, o monarca francês Luís XIV (1636-1715) começou a ditar as suas *Memórias* para o seu então secretário Périgny; em 1671 é Pelisson, historiógrafo do rei, quem as redige. Em 1672 eclode a Guerra da Holanda e a obra é interrompida sem que o rei volte a retomá-la. No entanto, o essencial da maneira de pensar e de sentir de Luís XIV como rei e como homem já estavam nela registrados. As *Memórias* consistem em instruções a Luís, o Grande Delfim (1661-1711), filho de Luís XIV com a rainha Maria Teresa, presuntivo sucessor no trono francês, que não chegaria a reinar, pois morreria em 1711, quatro anos antes de seu pai. (GRANELL, in LUÍS XIV, 1947, pp. 14,19).

Esta obra é extremamente importante para compreendermos o pensamento político de Luís XIV. Como lembra Louis Bertrand, em suas *Memórias*, Luís XIV deixou bem clara a necessidade que sentiu de recorrer à história visando à sua própria instrução, à do filho e de toda a posteridade. Infelizmente, muitos historiadores franceses desprezaram-nas. As *Memórias* expressam todo o pensamento de Luís XIV, constituindo-se assim em “uma teoria completa do poder monárquico”. (BERTRAND, 1950, pp. 281-282). Conforme nos chama a atenção Jean Touchard, “o principal interesse das *Memórias* reside no fato de se conseguir captar a personalidade de Luís XIV por detrás das considerações tradicionais sobre a prudência do príncipe, a utilidade do estudo e da virtude, os inconvenientes da precipitação, etc.”. A edição Dreyss traz as três fases da obra: folhetos, escritos a próprio punho, diário, certamente ditado, e as *Memórias*, que, de acordo com o diário, foram compostas pelos historiógrafos oficiais. (TOUCHARD, 1970, p. 129). As *Memórias* constituem-se em um documento confidencial, pois foram redigidas originalmente para o exclusivo uso do Delfim. Só vieram a ser publicadas em 1806.

Mesmo que as *Memórias* não tenham sido escritas pessoalmente por Luís XIV, certamente, os historiógrafos reais seguiam fielmente o pensamento do monarca. As *Memórias* eram um documento confidencial a ser entregue ao Delfim quando este completasse dezessete anos. Sendo assim, acreditamos que Luís XIV jamais assinaria uma obra cujo teor não fosse condizente com suas próprias ideias. Vejamos então qual era a concepção do Grande Rei a respeito da arte da guerra.

O amor à glória

Na época moderna, predominava no universo cristão a doutrina de guerra justa e injusta defendida por Santo Agostinho no século V. Na concepção do bispo de Hipona, eram consideradas justas as guerras que objetivavam a paz, a justiça, a ordem, enfim, as guerras defensivas. Já as guerras de conquista, nas quais predominavam o sentimento de ambição, em que se cometiam atrocidades, como a profanação de templos, eram consideradas injustas, portanto, condenadas por Deus. De acordo com Jacques Le Goff

Para Agostinho, a guerra é justa se não for considerada um fim em si, mas se visar o restabelecimento da paz; se reafirmar a justiça; se garantir o que se chama a *'tranquilidade da ordem'*. Finalmente, a guerra não pode servir de pretexto para atrocidades – em particular a profanação de igrejas. Mais precisamente [...], Agostinho considera legítima uma guerra cuja finalidade é vingar erros ou recuperar terras injustamente arrancadas de quem as possui. Segundo a fórmula célebre: *'As guerras justas vingam as injustiças'*. Em compensação, são condenáveis [...] as guerras empreendidas com um espírito de cobiça ou de dominação. Em suma, toda forma de guerra que não obedeça aos três princípios acima anunciados é qualificada de *'assalto à mão armada'* (LE GOFF, 2008, p. 96).

Luís XIV diz ao filho, em suas *Memórias*, que o príncipe somente deve empreender a guerra justa. Ele deve primeiro recorrer a meios diplomáticos, buscando alcançar os seus objetivos mediante negociações, e somente realizá-la em casos de extrema necessidade, após ter esgotado todos os seus esforços, já que deve assegurar a honra de sua família:

As regras da justiça e da honra conduzem quase sempre à utilidade. A guerra quando é necessária, não é apenas uma justiça permitida, mas os reis são obrigados a realizá-la. Pelo contrário, é uma injustiça quando se pode passar sem ela e é possível obter o mesmo fim por meios suaves. Eu a considerei desta maneira, e foi isso que me fez alcançar êxito. Se eu não tivesse estado inteiramente disposto a realizá-la no caso de ser necessária à honra da minha coroa, certamente que as negociações não teriam produzido qualquer efeito. Se tivesse fechado a porta a qualquer ne-

gociação, levando desde o princípio as coisas aos seus últimos extremos, não sei que batalhas nem que vitórias teriam podido trazer-me vantagens semelhantes, sem contar com o sangue vertido, a sorte das armas, sempre duvidosa, e a interrupção de todos os meus desígnios, no que ao interior do reino se refere. (LUÍS XIV, 1976, p. 35).

Nas *Memórias*, Luís XIV busca mostrar ao filho que apesar do valor, a glória, ser a virtude mais almejada pelos príncipes, em muitos casos tal virtude deve dar lugar à prudência; que ele sempre desejou empreender a guerra a fim de realizar inúmeras conquistas, sobretudo em sua juventude, mas ouviu a voz da prudência e, desta forma, procurou resolver os litígios mediante negociações:

Não duvideis de que em todos os tempos, e sobretudo no começo e na primeira juventude, não teria preferido conquistar os Estados a adquiri-los. Mas quem apenas aspira a praticar uma única virtude de modo algum a possui; pois não há verdade que não concorde com todas as outras, dado que todas elas consistem em agir com razão; quer dizer, conforme o tempo e as ocasiões o exijam, e inclusivamente violentando as próprias inclinações. Se não é bom ter um favorito, por hábil que possa ser, para não ter que escutar apenas a ele, muito menos é ter uma única paixão, por nobre que seja, para não receber outro conselho que não o seu, não considerar em virtude disso, o bem em geral, o qual se transforma em tantas virtudes quantas coisas justas, honestas e úteis existem, e nos príncipes mais do que nos particulares; pois, quem fala de um grande rei, fala quase sempre do conjunto de todos os talentos dos seus súditos mais excelentes. O valor é uma das qualidades principais, mas não a única; deixa muito a fazer à justiça, à prudência, à boa conduta e à habilidade nas negociações. Quanto mais perfeito é o valor, menos aparece fora de tempo para se mostrar à última hora, acabando assim o que as outras virtudes consideraram impossíveis. Se as outras qualidades têm menos brilho, não deixam de outorgar ao príncipe uma honra tanto mais sólida quanto aos seus bons efeitos apenas parecem sê-lo por sua própria obra, na qual o acaso apenas tomou parte. Conservai-vos sempre, meu filho, em estado de vos fazer temer pelas armas, mas não as empregueis a não ser quando for necessário, e recordai que o nosso poder, mesmo quando está no mais alto cume, para ser mais temido deve ser mais raramente experimentado. (LUÍS XIV, 1976, pp. 50-51).

O discurso de Luís XIV nos mostra que ele concordava com as ideias defendidas pelos pensadores cristãos de sua época: que o príncipe cristão não devia se deixar dominar pelo desejo de glória, empreendendo guerras de conquista, e sim procurar se guiar pela prudência, sendo moderado, fazendo a guerra apenas em casos extremos, para defender o seu reino e a sua honra.

Contudo, essas ideias ficavam somente no âmbito teórico, já que na realidade de a política externa adotada por Luís XIV era bem diferente.

Objetivando diminuir o poder dos Habsburgos da Espanha e da Áustria e aumentar o seu, Luís XIV realizou várias guerras de conquista, destacando-se a Guerra da Devolução, 1667-68, a Guerra da Holanda, 1672-78, e a tomada de Estrasburgo, 1681. Conforme observa Louis André, depois de 1663, dois anos após ter assumido pessoalmente o seu reinado,

Luís XIV não se mostrará satisfeito com os domínios que possui e se esforçará para expandi-los em detrimento dos Habsburgos. Seu orgulho e seu desejo de glória arrastam a vontade de alcançar sucessos pelas armas, de efetuar conquistas antes de tudo. (ANDRÉ, 1950, p. 18).

De fato, em sua carta a M. de La Haye, Tenente-General das Índias Orientais, de 8 de setembro de 1674, Luís XIV menciona todo o dinheiro que lhe enviou, e que no momento está lhe enviando, por meio de seu barco *Le Coche*, os soldados, oficiais, dinheiro, armas e munições, julgados por ele necessários para que M. de La Haye continue se defendendo dos inimigos que o atacavam. Luís XIV ordena-lhe que o mantenha informado de tudo o que se passar para que possa auxiliá-lo melhor. (LUÍS XIV, 1674, in LUÍS XIV, 1976, pp. 99-100). O Rei Sol mostra o desejo de restabelecer a paz com os inimigos, mas deixa bem claro que somente a fará mediante condições vantajosas e honrosas a ele e ao reino. O Grande Rei demonstra a importância de suas conquistas para assegurar a sua glória e a da França: faz relatar a M. de La Haye suas vitórias e conquistas mais recentes a fim de estimulá-lo a se manter firme à frente de seu exército para que mais vitórias e conquistas sejam alcançadas:

Espero que todos estes socorros vos terão dado meios para vos defenderdes e talvez para restabelecer a paz com o rei da Golconda e príncipes vizinhos, tarefa essa a que, espero, vos apliqueis antes de tudo. [...] No caso de Deus conceder aos meus inimigos a vontade de fazer a paz em condições honrosas e vantajosas para mim e o meu Estado, enviar-vos-ei socorros mais freqüentes e poderosos; no entanto, para vos exortar sempre a continuar sustentando a glória das minhas armas num país tão afastado como esse no qual servis, tenho a satisfação de vos comunicar que no princípio desta campanha, no decurso do mês de maio e dos quinze primeiros dias do mês de junho, conquistei todo o Franco-Condado e assaltei as cidades e cidadelas de Besançon, Dôle e Salins, os castelos de Joux, Sainte-Anne e Saint-Laurent, bem como todas as restantes cidades e praças desta província, na qual sou presentemente senhor; isto foi seguido de um grande combate, que o meu primo, o visconde de Turenne, que comandava o meu exército da Alemanha, ganhou ao exército do Império,

comandado pelo duque da Lorena, e de outra assinalada vitória obtida pelo meu primo o príncipe de Condé, que comandava o meu exército de Flandres, a doze de agosto último, sobre os três exércitos, imperial, espanhol e holandês, conjuntamente. À parte a glória de todas estas vitórias, com que Deus se compraz em favorecer a justiça dos meus exércitos, deveis estar certo de que a que provém da vossa boa conduta e do vosso valor é por mim muito apreciada, e que vos darei mostras da satisfação que sinto com isso. (LUÍS XIV, 1674, in LUÍS XIV, 1976, pp. 100-101).

Nota-se que, para Luís XIV, entre alcançar a glória e estabelecer a paz com os inimigos, sem dúvida, ele escolhe a primeira opção. Luís XIV amava todos os prazeres da vida. Como todos os Bourbons, ele amava a caça, sendo este um dos motivos que o levaram no início de seu reinado pessoal a residir no castelo de Fontainebleau, exceto nos meses de inverno. Ele amava a dança, além dos bailes da corte, adorava principalmente figurar nos balés de grande espetáculo, nos quais representava Apolo, Júpiter, e receber os aplausos dos cortesãos, seus maiores admiradores. (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 16).

Luís XIV apaixonou-se por várias mulheres. Ele apaixonou-se seguidamente por duas sobrinhas de seu primeiro ministro Mazarino, Olympe Mancini e Marie Mancini. Porém, ele teve de sacrificar esta última paixão em nome da razão de Estado: ao término da guerra entre a Espanha e a França, 1648-1658, ele assinou o tratado dos Pireneus com a Espanha, em 1659, e em 9 de junho de 1660, em Saint-Jean-de-Luz, casou-se com a infanta espanhola, Maria Tereza. Contudo, alguns meses após o seu casamento, apaixonou-se por Louise de la Vallière, uma das *filles d'honneur* de Henriette d'Orléans, esposa de seu irmão Filipe I, duque de Orléans; paixão esta que tornou a sua estada no castelo de Fontainebleau, durante o verão de 1661, muito mais encantadora. (Cf. LUÍS XIV, 1976, p. 17).

Mas, dentre as paixões de Luís XIV, a paixão pela glória foi, sem dúvida, a maior de todas. Em suas *Memórias*, ele confessa ao filho que o desejo de glória o acompanhou desde os primeiros momentos em que segurou pessoalmente as rédeas do poder. Segundo ele, no início de seu reinado pessoal, em 1661, “encontrava-me compelido e retardado quase da mesma forma no meu desígnio por um único e mesmo desejo de glória”. (Cf. LUÍS XIV, 1976, p. 12). O Grande Rei reconhece que a glória foi a sua maior paixão: “uma paixão se sobrepõe e domina neles [nos reis] todas as restantes: a do seu interesse, da sua grandeza e da sua glória”. (Cf. LUÍS XIV, 1976, p. 27). Afinal, em sua concepção, “nada produz maiores efeitos em pouco tempo do que a reputação do príncipe”. (Cf. LUÍS XIV, 1976, p. 20).

Em uma carta dirigida ao marquês de Villars, em 1688, Luís XIV diz, “engrandecer-se é a mais digna e mais agradável ocupação dos soberanos”. (METHIVIER, 1950, p. 620). Como observa Louis André, em Luís XIV,

... a paixão da glória esteve muito mais viva e muito mais sincera que a do amor. Ele falou frequentemente: ‘o amor da glória vai certamente antes de todas as outras [paixões] em minha alma’. Nas *Memórias*, ele fez escrever: ‘os reis, que nasceram para possuir tudo e comandar a tudo, não devem jamais ser humilhados [...]’. A reputação sozinha faz frequentemente mais que os exércitos mais potentes’. (ANDRÉ, 1950, p. 17).

De acordo com Humbert Méthivier, “Luís XIV sempre olhou a guerra como a vocação natural de um grande rei e o *amor da glória* foi sua paixão dominante”. (MÉTHIVIER, 1950, p. 62). Conforme Touchard, nas *Memórias*, após “longas e edificantes considerações”, encontram-se de vez em quando notas de Luís XIV, como: “exercício aturado para me tornar capaz na guerra; vontade de a fazer; razões de toda a espécie, facilidade de arranjar marinheiros”. (TOUCHARD, 1970, pp. 129-130). Desta forma, ainda segundo Touchard,

Surge assim a imagem de um jovem (a maior parte do diário traz as datas de 1666, 1667, 1668) que se preocupa pouco com a doutrina e que está apenas interessado na conquista e em alcançar um poder que não deseja partilhar com ninguém. Dirigindo-se ao Delfim, Luís XIV só tem olhos para si próprio. Fala apenas da sua pessoa (e acima de tudo de política externa); os ministros não aparecem, nem mesmo Colbert, nem sequer a nação. (TOUCHARD, 1970, pp. 129-130).

Um dos fatores a serem levados em conta na avaliação do reinado de Luís XIV é a família e as conexões dinásticas. Ele tinha mais relação ancestral de parentesco com os Habsburgos do que com os Bourbons. De acordo com Shennan, Luís XIV era descendente “de uma linha de grandes príncipes europeus que incluía Carlos, o Calvo, da Burgúndia, Lorenzo de Médicis, o Magnífico, de Florença, o imperador Carlos V e Filipe II, da Espanha. Este último era seu bisavô”. Isso o levava a uma perspectiva dinástica e não nacional, ou seja, a não concentrar a sua atenção apenas na França, e a ter do continente europeu uma percepção mais ampla. Afinal, “poucas regiões na Europa não tinham estado relacionadas com sua família em algum momento do passado. O rei da França guardava um interesse muito residual por muitas delas”. (SHENNAN, 1954, p. 8).

Luís XIV dizia ao filho que não havia melhor família nem maior poder que o do monarca francês em nenhum lugar do mundo. Em sua concepção, a superioridade dos reis da França aos demais reis da Europa devia-se à hereditariedade, longevidade e forma de governo:

Meu filho, não vejo por que razão os reis de França poderiam ser inferiores a esses príncipes eleitos, sendo reis hereditários e podendo envaidecer-se de que não há hoje, no mundo, sem exce-

ção, nem melhor casa do que a sua, nem monarquia mais antiga, nem maior potência, nem autoridade mais absoluta. (LUÍS XIV, 1976, p. 30).

Apesar da arrogância que caracterizava o reinado de Luís XIV, não se pode olhar a sua sede de glória apenas como uma ostentação de grandeza militar ou como um culto à sua pessoa, pois não era só isso. Ao empreender guerras de conquista, ele desejava aumentar a honra e glória de sua família e deixar aos seus sucessores um legado grandioso. O Grande Rei sentia-se na obrigação de deixar ao seu sucessor, particularmente, um reino igual, ou melhor, ao que tinha herdado de seu pai: rico, seguro e honrado. Em suas *Memórias*, dirigindo ao filho ele diz: “a vossa honra, meu filho, me é nisto mais querida do que a minha”. (LUÍS XIV, 1976, p. 19). Mais adiante, ele acrescenta, “espero que vos deixarei, no entanto, mais poder e grandeza do que a que tenho”. (LUÍS XIV, 1976, p. 37). Portanto, conforme observa Shennan, dois aspectos o estimulavam a buscar a glória: a honra familiar e a autoglorificação pessoal. (Cf. SHENNAN, 1954, pp. 16, 51).

As guerras de conquista de Luís XIV podem ser entendidas também como uma forma de proteger as fronteiras da França de ataques externos. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 16). Aliás, a historiografia é quase unânime em mostrar as guerras de conquista desse monarca como sendo impulsionadas pela defesa das fronteiras do reino.

Uma das questões importantes inerentes à política externa de Luís XIV em empreender guerras de conquista visando proteger a França de futuros ataques de inimigos externos, bem como em assegurar a sua glória e à da França, é se eram justificáveis os custos repassados aos súditos para manter as guerras empreendidas com estes objetivos. Nas *Memórias*, ao falar sobre a arte de gastar bem, Luís XIV busca justificar os altos gastos do Estado para a manutenção de aliados, mostrando que isto era feito para aumentar a sua glória e a de seu reino, assim como assegurar a tranquilidade de seus súditos:

Os soberanos a quem o céu fez depositários da fortuna pública, certamente que procedem contra os seus deveres quando dissipam o erário dos seus súditos em gastos inúteis; mas talvez procedam ainda muito pior quando, por importuno espírito de aforro, recusam desembolsar o que pode servir para a glória da sua nação ou para a defesa das suas províncias. Sucede freqüentemente que somas medíocres gastas a tempo e com juízo economizam aos Estados gastos e perdas incomparavelmente maiores. Por carência de um auxílio que pode resultar econômico, por vezes é preciso pôr em pé de guerra grandes exércitos. Um vizinho a quem poderíamos ter tornado amigo nosso com pouco gasto, custa-nos por vezes muito mais caro quando se transforma em inimigo. As mais pequenas tropas inimigas que entrem em nossos Estados

levam-nos num mês mais do que teria sido necessário para manter dez anos de entendimento. E os económicos imprudentes que não compreendem estas máximas, encontram, tarde ou cedo, o castigo da sua avareza, com as suas províncias desoladas, o cessar das suas rendas, o abandono dos seus aliados e o desprezo dos seus povos. Porque havemos de pôr dificuldades ao desembolso de dinheiro para as necessidades públicas, pois se é para as suster que temos o direito de o administrar? [...] o príncipe virtuoso impõe com moderação, exige com compaixão, apenas economiza por dever, reserva apenas por prudência e não gasta nunca sem uma razão muito especial, por que apenas o faz para aumentar a sua glória, para engrandecer o seu Estado ou para beneficiar os seus súditos. (LUÍS XIV, 1976, pp. 69-70).

Ora, uma das obrigações dos reis franceses era proteger os seus súditos! Em suas *Memórias*, Luís XIV fala dos deveres recíprocos entre o rei e os súditos:

A obediência e respeito que recebemos dos nossos súditos não são um dom gratuito que nos fazem, mas antes uma troca com a justiça e a proteção que pretendem receber de nós. Assim, como eles nos devem honrar, nós devemos conservá-los e defendê-los. (LUÍS XIV, 1976, p. 33).

É importante lembrar que dar proteção aos súditos era um dos juramentos pronunciados pelos reis franceses no momento de sua sacração.

Acabar com a miséria da França foi uma das preocupações de Luís XIV. Nas *Memórias*, ele relata ao filho a situação de desordem em que se encontrava as finanças da França no início de seu reinado pessoal. Segundo ele, os males resultantes da má administração das finanças recaíam sobre o povo, que já suportava as consequências da longa guerra contra a Espanha, como aumento de impostos, miséria e desemprego:

Todos esses males em conjunto, bem como as suas consequências e efeitos recaíam principalmente sobre o baixo povo, sobrecarregado por outro lado, de impostos, cheios de miséria, molestando pela sua própria ociosidade desde a guerra, e necessitando sobretudo de ser aliviado e ocupado em qualquer coisa. (LUÍS XIV, 1976, p. 16).

Luís XIV diz ao filho o quanto se sensibilizava com a miséria de seu povo, bem como a satisfação que sentia nas reformas postas em prática para eliminá-la: “nada me satisfazia mais do que querer aliviar os meus povos: a miséria das províncias e a compaixão que por elas tinha solicitavam-me intensamente”. (LUÍS XIV, 1976, p. 24).

Em suas *Memórias*, Luís XIV fala ao filho que, no primeiro ano de seu reinado pessoal, a má colheita de 1661 levou à falta de trigo, cuja carestia

afligiu todo o reino. Diante disso, tomou inúmeras medidas para aliviar o sofrimento do povo, pois desejava que não houvesse mais em seu reino a indigência e a mendicidade, e que todos tivessem a subsistência assegurada. (Cf. LUÍS XIV, 1976, pp. 42-44). Luís XIV jamais foi indiferente à miséria que atingia os franceses em épocas de guerra. Aliás, foi pensando nisso que, três décadas após ter escrito as *Memórias*, empenhou-se em negociações para alcançar a paz na Guerra da Liga de Augsburg, 1688-1697, fazendo concessões humilhantes para aquele que era considerado na época o maior monarca do universo.

A propaganda em prol da glória do Grande Rei

Após a França ter vencido a Espanha, até então considerada a maior potência europeia, na Batalha de Rocroi em 1643, e após o tratado de paz dos Pireneus assinado entre esses dois países em 1659, a França firmou-se em sua preeminência e Luís XIV como árbitro da Europa. Excessivamente confiante, por ter um exército mais potente da Europa, ele invade os Países Baixos na Guerra da Devolução (1667-68) e depois na Guerra da Holanda (1672-78), como também toma Estrasburgo anexando-a ao território francês em 1681, e ataca o Palatinado em 1688 para reivindicar um território a que seu irmão Filipe teria direito, por ser cunhado do Eleitor falecido. Em todos esses empreendimentos de conquista, Luís XIV sempre buscou mostrar aos franceses que seu objetivo consistia simplesmente em defender as fronteiras do reino contra futuros ataques dos inimigos, sobretudo do Imperador Leopoldo I, o Habsburgo da Áustria. Além disso, o monarca francês sempre tomava o cuidado de justificar todas as suas conquistas mediante tratados que as legitimavam.

De fato, para manter sua preponderância na Europa, Luís XIV não negligenciou o poder da propaganda. Os secretários dos assuntos estrangeiros eram encarregados desta tarefa. A propaganda era sempre retomada nos momentos em que os secretários consideravam-na necessária. Eles ordenavam a publicação de tratados expondo e defendendo a política exterior do Grande Rei, como o tratado dos direitos da rainha Maria Tereza, sua esposa, quando da Guerra da Devolução; os protestos contra os panfletos holandeses no momento da invasão da Holanda; legitimações de empreendimentos à mão armada no dia posterior à revogação do Edito de Nantes, 1685.

Para Robert Mandrou, esses tratados franceses revelam a preocupação de Luís XIV com a opinião estrangeira e francesa como também a repercussão dos panfletos holandeses contestando as ações do rei francês e de seus representantes. Esses tratados também revelam a autossatisfação do Grande Rei e de que modo ele buscava se impor a toda a Europa. Apoiado nos tra-

tados de paz de Vestfália (1648)¹ e dos Pireneus (1659), que lhe serviam de alicerce sólidos, ele alimentava e repetia aos franceses a ideia de que nenhum poder do mundo poderia se igualar ao do monarca francês, ideia esta que era repetida por seus representantes. Luís XIV passou toda a sua vida reivindicando este inegável prestígio da realeza francesa. Ele jamais aceitou nem reconheceu que outro rei ou o imperador tivesse um poder igual ao seu. (MANDROU, 1970, pp. 239-240).

É bom lembrar que a estratégia utilizada por Luís XIV, a elaboração de engenhosos tratados para justificar suas conquistas, não surtia tanto efeito assim. Se a maioria dos franceses acreditava nela, os estrangeiros interpretavam-na como uma invasão arbitrária, uma tentativa de domínio universal.

Desde a Guerra da Devolução até no decorrer da Guerra da Liga de Augsburg Luís XIV conquistou vários territórios. Diante da situação de extrema miséria em que grande parte dos franceses se encontrava durante a Guerra da Liga de Augsburg, ele somente conseguiu findá-la mediante inúmeras concessões, entre as quais, teve de abrir mão de grande parte dos territórios conquistados durante esta guerra. Tanto os franceses como os estrangeiros interpretaram as concessões territoriais do Grande Rei como uma humilhação.

Apesar de não ter sido derrotado na Guerra da Liga de Augsburg, Luís XIV saiu dela profundamente humilhado. Porém, a maior concessão, que deve ter sido ainda mais humilhante para um monarca que acreditava na sucessão hereditária inerente ao direito divino dos reis, foi ter de reconhecer o seu arqui-inimigo protestante e usurpador do trono inglês, Guilherme de Orange, como rei da Inglaterra² “e prometer de não mais sustentar, mesmo secretamente, o rei Jaime Stuart exilado nele, e seu partido ‘jacobita’”. Conforme observa Pierre Goubert,

Tal conjunto de concessões, tão sensíveis ao orgulho real, ninguém poderia imaginar que se as fizesse um dia, quando as tropas de Louvois, nove anos mais cedo, invadiram tudo. Por um reino que não havia sido vencido, que havia feito a guerra fora de suas fronteiras, a punição parece mesmo bastante exagerada. (GOURBERT, 1970, p. 245).

Estas concessões de Luís XIV foram reprovadas pela maioria dos franceses. Vários textos foram concebidos para censurar sua atitude. Se até a Guerra da Holanda ele contava com o apoio da opinião pública, não podemos dizer o mesmo no decorrer da Guerra da Liga de Augsburg, após a

¹ O tratado de Vestfália foi um acordo de paz assinado entre os países europeus envolvidos na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

² Apesar da eleição de Guilherme de Orange pelo Parlamento ter sido legítima, Luís XIV e todos os franceses defensores do absolutismo por direito divino o consideravam um usurpador.

Grande Fome de 1694-94 e, sobretudo, depois das concessões feitas por ele para finalizar esta guerra.

Luís XIV lançou mão de meios materiais para celebrar a sua glória. Ora, no *Ancien Régime* as vitórias guerreiras eram celebradas com fogos de artifícios, luminárias em edifícios e até mesmo em cidades inteiras, poemas laudatórios, cânticos de ação de graças e repicar dos sinos das igrejas! Os governantes recorriam também a meios mais duradouros, como arcos de triunfo, edifícios comemorativos, monumentos, exposição de armas imperiais, despojos de canhões, medalhas comemorativas, quadros, tapeçarias e gravuras retratando cenas de batalhas. (HATTON, 1971, p. 139). Para comemorar suas vitórias, Luís XIV ordenou que se construísse em Versalhes obeliscos com inscrições no estilo dos clássicos. (HATTON, 1971, p. 149). Segundo Peter Burke, os principais eventos e conquistas da Guerra da Devolução foram celebrados em medalhas, tapeçarias, pinturas, sonetos, poemas e histórias do reinado. (BURKE, 1994, pp. 84-87). Na Guerra da Holanda, ‘a famosa travessia do Reno’ feita por Luís XIV, em 1672, foi um evento real mitificado, representado sucessivamente por diferentes meios de comunicação: foi celebrada em jornais, produzida em versos, em pinturas, em esculturas e medalhas. (BURKE, 1994, pp. 22, 88-89). Durante esta guerra, cada conquista era celebrada com a ordenação do cântico do *Tē Deum*. Ao final, em 1678, as conquistas da guerra foram celebradas ao toque de tambores e trombetas, queima de fogos de artifício, salva de canhões e a entoação do cântico do *Tē Deum* em Paris e nas cidades das províncias. Somente em Paris, este cântico foi entoado por cinco vezes. (BURKE, 1994, pp. 88- 97). Durante a Guerra da Liga de Augsburg, apesar da crise financeira pela qual o Estado estava passando para bancá-la, os fatos mais importantes foram celebrados em verso, prosa e uma história do reinado, assim como por meio de pinturas, tapeçarias e medalhas. Ao todo foram cunhadas 45 medalhas para narrar as batalhas e celebrar os territórios conquistados. (BURKE, 1994, pp. 122-127). No início de seu reinado pessoal, o Grande Rei mandou construir a suntuosa Praça das Vitórias para celebrar as suas vitórias guerreiras. Várias estátuas equestres de Luís XIV vestido como Alexandre foram instaladas na Praça das Vitórias e na Praça Vendôme em Paris, como também nas cidades das províncias.

Como ressalta Luís XIV, nas *Memórias*, as diversões públicas têm imensa importância política. Além de criar um vínculo de familiaridade com os súditos, levando-os a amar e a submeter-se de boa vontade ao seu rei, servem também para mostrar aos estrangeiros a riqueza e grandiosidade do reino, enfim o poder daquele que o rege, levando-os assim a respeitá-lo mais ainda:

Um príncipe e um rei de França devem considerar algo mais nas diversões públicas, as quais não são tanto as nossas como as da nossa corte e do nosso povo. [...] A experiência demonstrou que

este método é para nós bom e útil, dado que não há nos séculos passados um império de tão grande duração como este, sem que pareça próximo do fim. [...] Esta prazenteira sociedade que dá às pessoas da corte uma honesta familiaridade conosco, comove-os e encanta-os muito mais do que quando se lhes possa dizer. Por outro lado, o povo compraz-se do espetáculo, que no fundo tem sempre por finalidade o seu prazer; e todos os nossos súditos em geral estão satisfeitos ao ver que amamos o que eles amam ou aquilo que destacam. Com isso retemos o seu espírito e coração, algumas vezes talvez mais fortemente do que mediante recompensas e benefícios; e com referencia ao estrangeiro, quando vê um Estado florescente e bem ordenado, que consome em festas quanto se possa considerar supérfluo, têm uma vantajosa impressão de magnificência, de poder, de riqueza e de grandeza. (LUÍS XIV, 1976, pp. 54-56).

Isto explica as festividades promovidas por ele para celebrar as suas conquistas, mesmo quando a maioria dos seus súditos se encontrava em extrema miséria.

Glória e humildade

No universo cristão da época moderna, predominava a concepção providencialista da história segundo a qual é Deus quem rege todos os atos dos homens aqui na terra. Assim, os franceses do período acreditavam que um exército somente venceria a guerra se Deus estivesse do seu lado, auxiliando os soldados. Em comum acordo com a mentalidade predominante na sua época, Luís XIV também acreditava que os seus exércitos somente alcançavam a vitória devido à ajuda de Deus. Em sua carta a M. de La Haye ele diz, “a glória de todas estas vitórias, com que Deus se compraz em favorecer a justiça dos meus exércitos”. (LUÍS XIV, 1674, in LUÍS XIV, 1976, p. 101). Contudo, ele se esquecia disso no momento em que celebrava as suas vitórias. Fato curioso, todas as vitórias conquistadas pelos generais de Luís XIV eram atribuídas a ele.

Os pensadores cristãos do século XVII defendiam a ideia de que os príncipes deviam imitar Cristo quando esteve aqui na terra. Assim, os príncipes cristãos deviam cultivar virtudes, como a justiça, a paz, a humildade, entre outras. A humildade é uma virtude valorizada por Luís XIV, em suas *Memórias*. Segundo ele, o posto de rei por si só já serve para mostrar que são superiores aos demais, mas que devem ser humildes. Para ele, somente podem se mostrar humildes os que são grandes e que podem vir a se envaidecer com isto. No entendimento do monarca, este é um vício do qual têm que tomar todo o cuidado para evitá-lo:

Nas minhas *Memórias*, tento sempre, e sempre tentarei vivificar o vosso valor, mas não elogiá-lo. Se bem que exista uma legítima altivez na nossa classe, não são menos louváveis certa modéstia e humildade. Não pensem, meu filho, que estas virtudes não foram feitas para nós, pelo contrário, pertencem-nos mais apropriadamente do que ao resto dos homens. Pois, ao fim e ao cabo, os que não têm nada de eminente pela fortuna ou pelo mérito, por pequena que seja a opinião que tenham de si próprios, nunca podem ser modestos nem humildes; e estas qualidades pressupõem necessariamente em quem as possui alguma elevação e alguma grandeza das quais se possa envaidecer. Nós, meu filho, a quem todas as coisas parecem inspirar este defeito tão natural nos homens, nunca chegaremos a ter cuidado suficiente para nos defendermos dele. Se vos posso explicar o meu pensamento, parece-me que devemos ser ao mesmo tempo humildes por nós próprios e ativos pelo lugar que ocupamos. (LUÍS XIV, 1976, p. 36).

Mas, no discurso de Luís XIV, a humildade dos reis não aparece com a mesma intensidade que a glória. Mesmo dizendo ao filho que os reis devem ser humildes, o Grande Rei não esconde, em seus argumentos, a grandeza e o valor que os monarcas possuem perante os demais. De acordo com Pierre Verlet, “o rancor e o orgulho têm a reputação de ter sido as principais atividades da conduta de Luís XIV. Conhecem-se seus rancores acumulados depois da Fronda”. (VERLET, 1961, p. 132). Esta foi uma guerra civil ocorrida de 1648 a 1653 durante a menoridade de Luís XIV em que o cardeal italiano Mazarino exercia o cargo de primeiro ministro da França; cargo este exercido por ele de 1643, ano da morte de Luís XIII, a 16661, ano de sua morte. Na Fronda, parcelas da alta nobreza, inclusive primos de Luís XIV, e da burguesia lançaram mão do descontentamento das massas para jogá-las contra o poder estabelecido. O envolvimento da alta nobreza, particularmente de seus primos, nessa guerra civil jamais foi perdoado por Luís XIV.

A natureza do orgulho de Luís XIV aparecia em seu desejo de glória. Aliás, o desejo de glória era um sentimento que se fazia constante em Luís XIV. Segundo demonstra Louis Bertrand, no primeiro dia após a morte de Mazarino, 9 de janeiro de 1661, “Luís XIV teve completa visão do que era, em seu tempo, um rei da França, da extensão de sua autoridade, do campo imenso e magnífico que se abria ao seu espírito de glória”. Neste momento, ele “sentiu como um acréscimo de todo o seu ser, uma exaltação indizível de sua vontade de poder”. (BERTRAND, 1950, p. 281).

A glória que Luís XIV tanto almejava estava vinculada com a imagem de herói que se cultivava. Este sentimento inseria-se em um momento de inquietude, de incertezas, próprio do Barroco. Segundo André Corvisier,

Os historiadores reconhecem hoje que o barroco não é, especificamente, a arte da Contra Reforma. É a revolta da sensibilidade e da espontaneidade contra as regras. [...] O barroco é capaz de exprimir, simultaneamente, o eu desmedido ou contraditório e os impulsos desordenados do subconsciente. (CORVISIER, 1976, p. 133).

Em uma sociedade aristocrática como a França do século XVII, a glória era extremamente valorizada. Ao herói cabia enfrentar todos os obstáculos para alcançá-la. Devia sacrificar todas as paixões que se opunham a ela. No século XVII, a moral do herói vai além do ideal dos renascentistas e do ideal nobre, cavalheiresco. Nesse período, o que é mais valorizado é o orgulho por ter alcançado o poder. (Cf. MOUSNIER, 1973, pp. 210-211).

Na concepção cristã, os reis devem seguir os exemplos de Cristo para assim estabelecer o Seu reino na terra. Como observa Alain Guéry, para

... os cristãos, o papel daquele que governa continua sendo a manutenção, ou estabelecimento lá onde ele não existe, do reino do Cristo sobre a terra, por uma política e uma legislação conforme os mandamentos e os exemplos que Ele deu. (GUÉRY, in GUERREAU, 1991, p. 28).

Segundo a concepção cristã, desde a Idade Média, a humildade era uma das virtudes a serem cultivadas pelos príncipes cristãos. No século XVI, esta virtude, como todas as virtudes religiosas, foi repudiada por Maquiavel. A glória do príncipe, na época da Renascença, tinha sido extremamente valorizada e defendida por ele, em todas as obras em que trata do poder dos governantes. Assim, vemos que as ideias dos humanistas italianos do século XVI, particularmente de Maquiavel, exerceram maior influência no pensamento de Luís XIV que as ideias apregoadas no meio eclesiástico francês no século XVII.

Para melhor compreendermos o pensamento político de um autor devemos atentar para a data em que a sua obra foi escrita, a quem ela se destina e quais as suas intenções. Devemos considerar as idiossincrasias do autor, como também levar em conta que ele está interagindo com os problemas de seu tempo. Por meio de sua obra, o autor procura responder os problemas que se apresentam diante dele buscando resolvê-los e quem sabe intervir em algo que, em seu entendimento, está para acontecer.

Luís XIV concebeu as suas *Memórias* na década de 1660, a primeira década de seu reinado pessoal, objetivando instruir o filho na difícil arte da política. As terríveis recordações da Fronda levaram-no a buscar aumentar e a celebrar a sua glória e poder em detrimento da nobreza. Na década de 1660, por meio de Colbert, o ministro das finanças e das edificações, Luís XIV reviveu ou fundou inúmeras academias, reunindo nelas artistas e inte-

lectuais para que estes utilizassem todo o seu poder criativo para exaltar a sua glória tanto na França como no estrangeiro.

As *Memórias* foram escritas na fase áurea do absolutismo francês, em que o poder de Luís XIV tinha aumentado consideravelmente em detrimento dos Habsburgos da Espanha e da Áustria. Não podemos nos esquecer também que foi nesta época que Le Tellier e seu filho Louvois, ministros da guerra, transformaram o insignificante exército francês no exército mais potente da Europa, para não dizer do mundo. As guerras de conquista de Luís XIV também podem ser entendidas como uma forma de reforçar as fronteiras da França para assim se prevenir de futuros ataques, particularmente do seu primo-cunhado e grande inimigo o Imperador Leopoldo I, o Habsburgo da Áustria. Luís XIV se preocupava com a honra de sua família e por isso queria deixar ao seu sucessor um poder maior que o seu. No passado, a sua família teve laços de parentesco com importantíssimos reis de diversos lugares da Europa, o que explica o seu olhar mais amplo e a constante reivindicação de territórios europeus. Além disso, ele compartilhava da crença arraigada na França de que os reis franceses eram os mais importantes do universo, portanto, não deviam se rebaixar a nenhum outro.

Referências

Fontes

LUÍS XIV. *Memórias*. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

LUÍS XIV. “Carta a M. de La Haye, 8 de setembro de 1674”. In: _____. *Memórias*. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

Bibliografia

ANDRÉ, Louis. *Louis XIV et l'Europe*. Paris: Édition Albin Michel, 1950, (Coll. Evolution de l'humanité).

BERTRAND, Louis. *Louis XIV*. Paris: Arthème Fayard, 1950.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

CORVISIER, André. *História moderna*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GOUBERT, Pierre. **Louis XIV et vingt millions de français**. França: Pluried, 1970.

GRANELL, Manuel. “Prólogo del Traductor”. In: LUÍS XIV. **Memorias sobre el arte de gobernar**. Buenos Aires-Mexico: Editora Espasa-Calpe Argentina S. A., 1947. (Colección Austral).

GUÉRY, Alain. “Le roi est Dieu. Le roi et Dieu”. In: BULST, Neithard; DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain. (Orgs.). **L'État ou le Roi: Les fundation de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

HATTON, Ragnhild. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História Ilustrada da Europa).

LE GOFF, Jacques. **Uma Longa Idade Média**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MANDROU, Robert. **La France aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

MÉTHIVIER Humbert. **Le Siècle de Louis XIV**. Dixième édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. (Coll. *Que Sais-Je?*).

MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973.

SHENNAN, J. H. **Luís XIV**. São Paulo: Ática, 1954. (Col. Princípios).

TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

VERLET, Pierre. Louis XIV. In: _____. **Versailles**. Paris: Arthème Fayard, 1961. (Collection les Grands Études Historiques).

Artigo recebido em 26/09/2012, aceito para publicação em 10/12/2012